



Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caftó Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1992.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antonio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (39). - Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Algaci Túlio, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Mário Bezerra, Nelson Justus, Ovídio Constantino e Toti Colaço (13). - Em licença os Srs. Deputados Albino Corazza e Rafael Greca de Macedo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 64/92.

Curitiba, 31 de agosto de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas diretamente ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR e que os recursos delas provenientes serão, mensalmente, depositados no Banco do Estado do Paraná, à Conta do Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRES-

TRAN. Dispõe, ainda, que os valores de tais multas serão atualizados no primeiro dia de cada mês, de acordo com a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou por outro índice que a venha a substituir.

Com a finalidade de facilitar o processo administrativo da Autarquia e consequentemente favorecer a segurança pública do Estado, propõe-se a arrecadação direta das multas por infrações às leis de trânsito que, repassadas ao Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN, agilizarão os investimentos tanto para o DETRAN como para a Polícia Militar do Estado do Paraná - PMPR.

Sendo as multas de trânsito receitas eventuais, não tributárias, cuja aplicação decorre da função institucional do DETRAN tal como determinada pelo Código Nacional de Trânsito, nenhum impedimento haveria no recolhimento direto, evitando-se os complicados trâmites burocráticos que envolvem as demais receitas recolhidas ao Tesouro para posterior repasse aos órgãos a que se destinam.

O principal beneficiado sem dúvida é o FUNRESTRAN que, nos termos da Lei nº 6.264/72 e alterações posteriores, recebe 60% dos recursos arrecadados, sem custos, provendo este órgão de investimentos de capital; o DETRAN recebe 40%, que são consumidos quase que integralmente com os gastos de manutenção do sistema informatizado.

Quanto à atualização proposta, a mesma é necessária e objetiva, apenas, o acompanhamento da variação da inflação, sem importar em aumento real das multas, consistindo em mecanismo bastante útil no processo de educação para o trânsito.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas diretamente ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR.

Parágrafo Único - Mensalmente serão depositados pelo DETRAN/PR, no Banco do Estado do Paraná, à Conta do Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN, os recursos a que se refere este artigo.

Art. 2º - Os valores das multas a que se refere o artigo anterior serão atualizados no primeiro dia de cada mês de acordo com a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou por outro índice que a venha a substituir.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

Sob o nº 1394/92, do Sr. RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta, nos mês de setembro, os níveis dos vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs. DTL/SAT/236 e 238/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADOS INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nº 56/92 por julgá-lo contrário ao interesse público e, nº 179/92 - em razão do fato da entidade Asilo São Vicente de Paulo já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei nº 9.447, de 27 de novembro de 1990. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº ATCC 3202/92, do Sr. CAÍTO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitada pelo Sr. Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO sobre "auditoria instaurada para apurar responsabilidades sobre a existência de cartel de empresários dentro da COPEL". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob os nºs. DTL/SAT/237, 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

107/92:

De autoria do Deputado HÉRMAS BRANDÃO que, declara de utilidade pública o Instituto de Habilitação e Orientação do Excepcional do Paraná - IHOEPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10074. **Anote-se- Arquivo-se.**

190/92:

De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Califórnia, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o nº 10075. **Anote-se- Arquivo-se.**

111/92:

De autoria do Deputado ERNANI PUDELL que, declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Conjunto São Francisco, com sede e foro na cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 10076. **Anote-se- Arquivo-se.**

164/92:

De autoria do Deputado DIRCEU MANFRI-

NATO que, concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná a Senhora DÉBORA AMARAL DE ALMEIDA FERNANDES DIAS, o qual convertido em Lei tomou o nº 10077. **Anote-se - Arquivo-se.**

170/92:

De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de utilidade pública a Associação de Moradores Moradias Iguazu - AMMI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10078. **Anote-se- Arquivo-se.**

205/92:

De autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO que, autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Jaguariaíva o Hospital Carolina Lupion e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10079. **Anote-se- Arquivo-se.**

197/92:

De autoria do Deputado DUILIO GENARI que, declara de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapoti, com sede e foro no município de Arapoti, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10080. **Anote-se- Arquivo-se.**

171/92:

De autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI que, declara de utilidade pública a Casa do Hemofílico, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 10081. **Anote-se- Arquivo-se.**

OFÍCIO Nº 357/92

Senhor Presidente.

Valho-me do presente, para comunicar que a partir desta data, estou oficialmente me desligando do Partido da Reconstrução Nacional - PRN - e deste modo peço a Vossa Excelência, que tome as medidas cabíveis para a efetivação do feito.

Ao ensejo, reitero os meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

OFÍCIO Nº 453/92

Senhor Presidente.

Devido a compromissos assumidos na região de Cianorte, tomo a liberdade de dirimir-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares nesta Assembléia Legislativa, dia 16 do corrente mês.

Contando com a compreensão de Vossa Excelência, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 212/92, de sua autoria, que objetiva transferir ao Município de Castro, o hospital existente naquele Município, de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO N° 1418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento em Maringá, no dia de hoje, do Dr. Haroldo Leon Peres.

Como Deputado Estadual, Deputado Federal e posteriormente como Governador do Paraná dedicou-se à causa pública, notadamente na cidade de Maringá, onde residia até hoje.

Brilhante Advogado e Professor da Universidade Estadual de Maringá, deixa com sua partida para a eternidade uma lacuna irreparável no seio dos que desfrutavam do seu convívio.

Só o tempo e a história poderão fazer justiça ao homem público Haroldo Leon Peres!

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa Sra. Helena Peres.

REQUERIMENTO N° 1420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento em Maringá, no último dia 13, aos 72 anos de idade, da Sra. Maria Eliza Castanho Fernandes.

A extinta era esposa do Sr. Alvaro Fernandes, deixando ainda, um filho - Dr. José Carlos Fernandes e três netos - Marcelo, Alexandre e Maria Júlia Fernandes.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma família cujo nome está intimamente ligada ao surgimento e a história de Maringá, Maria Eliza Castanho Fernandes foi uma das pioneiras do município, tornando-se uma mulher de projeção da sociedade maringaense.

O seu passamento deixa consternada não só a população de Maringá mas todo o Noroeste Paranaense e, como representante daquela região, sentimo-nos no dever de externar aqui, nosso profundo pesar e nossa inteira solidariedade aos seus familiares.

REQUERIMENTO N° 1419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de voto de congratulações ao Jornalista Verdelírio Aparecido Barbosa pelo recebimento de Título de Cidadão Benemérito de Maringá, dando-se ciência do presente ao homenageado na redação do Jornal do Povo à Rua Afonso Pena, 56 - Caixa Postal 629 - Maringá/Pr. - CEP 87.030.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Com dedicação, capacidade e valor Verdelírio Barbosa vem desenvolvendo um trabalho que merece todos os elogios pela forma elegante, inteligente e honesta com que vem atuando no campo do jornalismo político fazendo de sua profissão, com exemplar dignidade pessoal, um meio eficaz de informar os seus leitores de todos os dias.

A arte da divulgação depende muito de quem a exerce, para ser construtiva e eficiente.

O objetivo da proposta é prestar justa homenagem a um profissional de comu-

nicação que, efetivamente, vem prestando uma colaboração inestimável ao Município de Maringá.

Solicito ainda, que da decisão desta Casa, seja enviado cópia ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

REQUERIMENTO N° 1421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feito a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações a empresa VM Sul Comunicações sediada, em Londrina, pela realização do I Mercosul Têxtil, realizado em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Em data de 11 a 14 de agosto próximo passado foi inaugurado o Centro Internacional de Convenções de Foz do Iguaçu.

O evento foi um sucesso, transformando a cidade de Foz do Iguaçu em um centro importante do Mercosul, sendo portão de entrada para o mesmo mercado comum.

É portanto, motivo de contentamento para esta Casa associar-se às congratulações que são merecidamente manifestadas a empresa VM Comunicações.

. Que do Presente se dê ciência, conforme abaixo.

Eduardo Fernandes Costa

VM Sul Comunicações

Av. Higienópolis, 2579

86.100 - Londrina - PR

REQUERIMENTO N° 1426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, e ao Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) pela inauguração da Usina Hidrelétrica de Segredo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião e ao Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Usina Hidrelétrica de Segredo será inaugurada no próximo dia 29, quando entra em operação o primeiro dos quatro grupos turbogeradores de 315 Megawatts de potência. Essa inauguração confirma os prazos de cronograma estabelecido pela Copel, que ao final da obra terá ampliada sua capaci-

dade própria de produção de eletricidade em 60%.

Segredo foi construída no Rio Iguaçu, na divisa dos municípios de Manguaçu e Pinhão, 270 km a oeste de Curitiba. A principal característica do aproveitamento é o baixo custo do quilowatt instalado, o menor dentre os projetos elétricos em execução no país: a relação é dada pela divisão do custo global do empreendimento pela potência total, que resultou num custo de US\$ 750 por quilowatt. A privilegiada topografia, permitindo usinas de grande potência com reservatórios relativamente pequenos, foi um dos fatores fundamentais na viabilidade econômica da usina, que será a quarta no curso do Rio Iguaçu. As demais, todas em operação, são Foz do Areia (a maior do sistema gerador da COPEL com 1.674 megawatts), Salto Osório (1.050 megawatts) e Salto Santiago (1.332 megawatts), estas, de propriedade da ELETROSUL.

Ao mesmo tempo que inaugura Segredo, a COPEL já preparou o início de outra grande hidrelétrica no mesmo rio: a Usina de Salto Caxias, para operar em fins de 1998, com potência prevista de 1.000 megawatts. Os primeiros passos já foram dados com a licitação - em curso - para a elaboração do estudo de impactos ambientais e dos projetos de engenharia da nova central. Caxias está localizada no sudoeste paranaense, na divisa de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu.

A construção de Segredo foi efetivamente iniciada no Governo Álvaro Dias, época em que ainda não era obrigatória a elaboração do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Mesmo assim, em 1987 a COPEL teve aprovado pelas autoridades responsáveis e pelas comunidades da região de influência o RIMA de Segredo, numa iniciativa pioneira dentro do setor elétrico brasileiro que colocou a concessionária paranaense em posição de vanguarda. Desse RIMA, resultou a proposição de 24 projetos voltados a aspectos específicos da inserção da obra na região de influência, todos esses encaminhados e em desenvolvimento normal.

Os principais trabalhos foram executados na área do reservatório, que aliás está formado pela COPEL desde 5 de julho último e já apresenta volume total de acumulação previsto. O reservatório de Segredo ocupa área total de 82 km², mas 19 correspondem à calha do Iguaçu e afluentes. Na área efetivamente alagada, de 63 km², foram desapropriadas 483 propriedades em quatro municípios, em ação integralmente acompanhada pelas autoridades locais e lideranças comunitárias da região.

Adicionalmente, a concessionária desapropriou outros 12 km² recobertos de mata

nativa, onde será implantada a Reserva Ecológica do Rio dos Touros, área de preservação permanente que será gerenciada pela Secretaria do Meio Ambiente. Esta é a primeira reserva ecológica na região do Médio Iguaçu, e possibilita aos ambientalistas aprofundar conhecimentos em torno do ecossistema local. Os estudos preliminares de manejo e utilização da Reserva do Rio dos Touros estão sendo conduzidos pela Fundação de Pesquisas Florestais da Universidade Federal do Paraná, com quem a COPEL mantém convênio.

Para poder liberar a área que hoje está sendo ocupada pela represa, a COPEL começou a trabalhar muito antes da chegada dos primeiros operários e máquinas ao canteiro de obras. No levantamento e cadastramento das propriedades e famílias localizadas no âmbito do futuro reservatório, apurou-se que 166 propriedades estavam com documentação irregular, ou simplesmente, sem documentação alguma. Para legalizar essa situação, a COPEL realizou um trabalho inédito no país, que envolveu diretamente o ITCF e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. A missão foi auxiliar essas famílias no processo de regularização patrimonial das terras por elas ocupadas.

A COPEL está promovendo o reassentamento de 112 famílias de produtores rurais sem terras, que habitavam áreas hoje alagadas. Para instalá-las foi adquirida área de 26 km² nas imediações da hidrelétrica, que foi preparada e equipada de modo a abrigar com dignidade aquelas pessoas. Outro projeto - igualmente objeto de recomendação no RIMA, - foi a relocação da vila de Santo Antônio da posse: a nova vila construída pela COPEL manteve todas as características do antigo povoado, preservando as relações de vizinhança e compadrio. Até mesmo o cemitério foi recolocado, conservando a mesma disposição das sepulturas.

Com a construção de Segredo, cada um dos municípios lindeiros ao reservatório está ganhando uma área de lazer para uso das comunidades locais e fixação da população ribeirinha. São recantos equipados com churrasqueiras, quiosques e canchas esportivas, entre outros benefícios. O represamento do Iguaçu vai ocupar, ao final, terras dos municípios de Pinhão (26 km²), Manguinhos (19 km²), Palmas (16 km²) e Bituruna (2 km²).

A própria região da Usina de Segredo contará com um atrativo a mais: é o Museu Ecológico, já em fase de implementação junto à vila residencial da obra, que preservará a memória local, tanto sob o aspecto antropológico quanto ecológico. Ali estarão reunidos espécimes botânicos típicos do Sudoeste, exemplares da geologia

(mostras de diferentes tipos de rochas encontradas nos trabalhos de escavações), e outros objetos e utensílios de interesse, representativos da cultura local (rodas d'água, moedores de milho, etc). A alguns metros da barragem, na margem esquerda, está em construção a Estação de Estudos Ictiológicos, que vai se dedicar a pesquisar a fauna aquática do Médio Iguaçu. A Estação terá tanques e aparelhagem adequados à observação dos hábitos dessas espécies, capacitando-se a promover a reprodução em cativeiro daquelas eventualmente ameaçadas de desaparecimento. Ao todo, a construção de Segredo exigiu a movimentação de 3 milhões de metros cúbicos de terra e quase 7 milhões de metros cúbicos de rocha, dos quais 350 mil em escavações subterrâneas. A rocha extraída foi toda ela utilizada na barragem e ensecadeiras, e na composição do concreto. Também os serviços de concretagem consumiram 336.300 metros cúbicos. A casa de força (onde foram abrigados os quatro grupos geradores), tomada d'água (por onde a água represada é admitida nos condutos forçados), laje impermeabilizadora da barragem e vertedouro (por onde é escoada a vazão excedente que aflui ao reservatório), foram concluídas no devido tempo. Foram concluídas também as obras de construção e montagem da subestação de Segredo, localizada a 1.600 metros da casa de força, que colocará a eletricidade produzida na hidrelétrica no sistema de transmissão interligado.

Na atual conjuntura brasileira a conclusão e inauguração da Usina Hidrelétrica de Segredo, tem uma importância muito especial porque é no momento de tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante das circunstâncias da política econômica do país, o Governo do Estado do Paraná desenvolveu um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida, revelando capacidade e visão empreendedora, mesmo em momentos incertos como os que vivemos.

É preciso acentuar esses fatores para justificar o acerto da construção e agora, da inauguração da Usina de Segredo, que colocou o Estado do Paraná na vanguarda com a energia elétrica.

Estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira paranaense no templo do progresso graças ao Governador Roberto Requião e todos os seus colaboradores orientados nesta obra pelo Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, Diretor-Presidente da COPEL.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com a direção da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e todo o seu corpo de auxilia-

res, como atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 1425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Luiz Gastão de Alencar F. de Carvalho, manifestação desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no sentido de que sejam prestadas as informações que justifiquem o fato de processos de aposentadorias de servidores ligados ao Magistério e que exerceram funções gratificadas de direção, ou comissionados se encontrem sem solução na Divisão Jurídica deste órgão, já há vários meses.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os processos de aposentadoria de professores que já exerceram por mais de 25 anos, se mulheres, e 30 anos, se homens, funções de magistério, estão sem solução na Divisão Jurídica da Secretaria de Estado da Administração, desde o começo do ano.

Este entrave à fruição do direito de aposentadoria de centenas de professores, deve ter uma justificativa plausível, já que, a própria Lei n° 6174/70, assegura o direito do cidadão de representar contra a administração caso o seu pleito administrativo não tenha uma solução que contemple a necessária celeridade.

Cumpra ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, prestar as informações solicitadas, de modo a que esclareça a situação.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 013/92

Art. 1° - Fica concedida pensão mensal vitalícia, correspondente à remuneração do maior cargo em comissão, com todas as vantagens, exercido, no mínimo, por 5 (cinco) anos ao comissionado do Poder Legislativo Estadual, com mais de 10 (dez) anos de serviços comissionados, que tenha atingido idade compulsória sem qualquer outro vínculo funcional e que nunca tenha percebido, a qualquer outro título, recurso financeiro do erário público estadual.

Art. 2° - A pensão será reajustada sempre que ocorrer aumento de remuneração do cargo comissionado e na mesma proporção.

Art. 3° - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O servidor comissionado, sem qualquer outro vínculo com a administração pública, permanece à margem da legislação que concede aposentadoria ao detentor de cargo efetivo, muito embora preste serviços relevantes.

Procurando corrigir a marginalização a que fica submetido o comissionado do Poder Legislativo, representa preocupação do legislador dar solução justa ao problema, oferecendo através do presente Projeto de Resolução, ensejo a aprovação de disposição legal que ampare o comissionado que venha a atingir ou tenha atingido idade compulsória dentro das condições estabelecidas no artigo primeiro.

A proposição não é inovadora, desde que mensagens específicas do Poder Executivo, relacionadas a comissionados, já mereceram aprovação por parte deste Poder.

Nada mais justo do que proporcionar a comissionados em idade compulsória, recursos financeiros indispensáveis à sua sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Lida e aprovada a Ata.

Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Há dias atrás, nós usávamos a tribuna da Assembléia, no horário da nossa Liderança, para fazermos alguns comentários com relação ao quadro político existente hoje no País.

Naquela oportunidade, dizíamos que não se fazia tão necessário que ocupássemos todo o tempo do Pequeno, do Grande Expediente e do Horário das Lideranças, para falarmos do quadro nacional porque o povo está acompanhando, via jornais, via televisão, carreatas, passeatas, comícios em praça pública, pró-impeachment, etc.

Mas, eu dizia também da necessidade que se tinha de voltarmos um pouco as nossas atenções para alguns acontecimentos, aqui no Estado do Paraná. Naquela ocasião, eu dizia da falta de respeito do Senhor Secretário da Educação e Cultura, com relação a este Parlamento e a seus componentes. Dizia que ele teria ido a Umuarama, fazer abertura dos jogos regionais, levou, inclusive um convênio consigo da Secretaria da Agricultura, para ser assinado com os açougueiros de Umuarama. E falávamos, também, da nossa preocupação com alguns acontecimentos na nova Secretaria de Meio Ambiente.

E, Senhor Presidente, para nossa surpresa, nós estivemos, há dias atrás, no

Tribunal Regional Eleitoral, quando fomos acompanhar a decisão daquele Tribunal com relação à votação de recursos que daria autorização para a eleição do Distrito de Umuarama e do Distrito de 4º Centenário, de Goioerê. E lá encontramos o Secretário de Educação. Tinha tido ele conhecimento de que nós havíamos vindo à tribuna e o denunciado pela falta de respeito pelo Parlamento, pela falta de respeito para com seus componentes. E me dizia ele que havia solicitado a Vossa Excelência, que Vossa Excelência o autorizasse a usar a tribuna para desdizer aquilo que eu havia dito e eu gostaria que se solicitado fosse, por parte dele a Vossa Excelência, que autorizasse para que ele viesse aqui que nós queríamos mostrar a ele que na verdade ele desrespeita, não só os Parlamentares como desrespeita o povo. Porque um Secretário de Estado, com domicílio eleitoral em Curitiba, que integra um partido político em Curitiba, que foi membro do governo municipal Roberto Requião, devia ele estar preocupado com o baixo índice das pesquisas do candidato do seu partido, do candidato de apoio do Governador Roberto Requião e permanecesse esse período em Curitiba.

Eu vou ler aqui, para registrar nos Anais da Casa e para levar ao conhecimento do nosso Líder do Governo, do PMDB e do Bloco de Sustentação do Governo, do vice-Líder, Deputado José Tavares a programação, autorizada inclusive, o uso de aeronaves do Governo.

Eu gostaria de chamar a atenção dos Senhores Deputados para o roteiro do Senhor Secretário da Educação e Cultura.

(Lê Roteiro):

Dia 11.09.92 - 6ª Feira.

14h30 - Saída do Aeroporto Bacacheri
15h30 - Chegada prevista em Umuarama-deslocamento a Iporã.
20h30 - Palestra com estudantes, professores e comunidade em geral - no Iporã Clube de Campo. -
Pernoite em Iporã.

Dia 12.09.92 - Sábado

08h00 - Visita ao comércio
12h00 - Almoço
15h00 - Inauguração da Creche de Oroitê
17h00 - Inauguração da Escola Santo Antonio

Dia 13.09.92 - Domingo

08h30 - Desfile e inauguração da Cantina da Escola de Vila Nilza
14h00 - Saída para Icaraíma
16h00 - Chegada em Icaraíma
17h00 - Encontro com Professores no Cine Icaraíma

19h00 - Encontro com a comunidade

Dia 14.09.92 - 2ª Feira

08h00 - retorno à Curitiba.

Atenciosamente

(a) ALTEVIR ROCHA DE ANDRADE

Neste roteiro do Secretário de Educação do Paraná, não tem a inauguração do laboratório escola, não tem aqui a assinatura de convênios para construção de cantinas de escolas, laboratório, escola profissionalizante, nada disso.

Esse roteiro se percebe claramente que é um roteiro político, porque até visita ao comércio o Secretário, profeta, pastor e candidato Elias anda fazendo na nossa região.

Eu gostaria de dizer que somos democratas e aceitamos a concorrência. Aceitamos a disputa, mas tem que ser disputa com igualdade de condições. Nós não podemos meus caros companheiros deixar o Secretário, utilizando aeronaves do Estado como aqui está. Uma para levá-lo na sexta-feira, outra para buscá-lo na segunda-feira. Vão este que custa mais de cinco milhões de cruzeiros cada um, fora as diárias que esse Secretário recebe dos cofres públicos para permanecer na região, região que ele não tem até certo ponto o que fazer, porque não se tem salas de aula para inaugurar, não se tem obras na sua Secretaria que possam ser inauguradas.

Esse é o nosso protesto, nós não podemos concordar mesmo participando do Bloco de Sustentação ao Governo nesta Casa, que se antecipem as eleições de 1994, e que comecem os passeios de aeronaves, de carros, de equipes, de assessores e diárias dos cofres do Estado para que os candidatos venham fazer as suas campanhas antecipadamente.

Buscando inclusive, com falta de ética, com falta de respeito até apoio de pessoas que não nos acompanharam e que não acompanham a postura do Governador Roberto Requião.

Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado.

Quando Vossa Excelência denuncia a questão do Secretário de Estado, eu até acho que nós temos que abranger mais além a questão dos Senhores Secretários do Governador Roberto Requião.

Eu até acho, ilustre Deputado Nilton Barbosa, que o Governador tem que tomar conhecimento do que está acontecendo, porque as vezes o próprio Governador do Estado não tem conhecimento.

Mas, eu não conheço até hoje na história da minha vida pública como Deputado Estadual, os governantes que aqui passaram

e que na época eu participei, desde a época do Governador José Richa, desde a época do ex-Governador João Elísio e desde a época do ex-Governador Álvaro Dias.

O desentendimento total que se encontra hoje alguns Secretários do Governo Roberto Requião. A região que represento e as outras estão perplexas, porque uma hora um Secretário está em cima do palanque do PMDB pedindo voto, depois aparece outro Secretário em cima do palanque do PFL, do PRN, pedindo voto e tirando até o próprio outro Secretário que está apoiando o candidato do Governo Roberto Requião.

Então, eu acho que essa vontade de alguns Secretários a disputar as eleições de 94, que vamos analisar ainda, se haverá eleições em 94, porque pelo que se sente está vergonha, este escândalo que estourou no Brasil inteiro, já dá a impressão que vão acobertar esse roubo e essa corrupção. Então, nós temos que analisar que os Secretários que desejam postular cargos letivos, eu acho que primeiro eles têm que cumprir uma função, que é a função de Secretário e ter competência para ajudar o Governador Roberto Requião e a questão das eleições são a época em que eles são ilegíveis que terão que deixar as Secretarias para serem candidatos.

E com isto, evidentemente, está trazendo prejuízo ao Governador do Paraná e ao próprio Partido do PMDB, do Governador Roberto Requião.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, fez-me lembrar o Deputado Dirceu Manfrinato de que na época do Governador Richa, em 85, em dezembro de 85, todos os Secretários de Estado e todos os funcionários do Governo, de segundo e terceiro escalão, que tinham vontade de se candidatar pediram demissão dos seus cargos.

E o que nós presenciamos, dentre alguns dos Secretários, porque nós temos que respeitar, nós temos Secretários que têm viajado, têm participado de campanhas políticas, mas têm feito inaugurações de obras, como é o caso do Secretário Romanelli, da Habitação, o Secretário Mário Pereira, dos Transportes, o Secretário Osmar Dias, da Agricultura, tem ido para o interior, como é o caso do Secretário Homero Oguido, tem aproveitado durante o dia inaugurando obras, que nós temos novas obras e à noite, evidentemente, tem ido para o palanque dos seus companheiros. Mas eu perguntaria à Casa, o que faz o novo Secretário que tem até o apelido de "dragão dengoso", o que faz ele na região de Paranaity, de Porto Rico, o que faz ele na região de Maringá, andando com

carro do Governo, desrespeitando as Lideranças da região e fazendo campanha política? E a minha preocupação é que o Jornal Correio de Notícias traz aqui hoje em sua matéria A Morte de um Helicóptero. E fiquei sabendo que houve entrega aqui hoje de dois helicópteros e um deles é para a força verde (?) é para a Secretaria do Secretário Tadeu França que está em campanha. Resta saber da Liderança do Governo se esse helicóptero vai também ser usado pelo Secretário Dragão Dengoso para percorrer a sua região, as suas bases, em busca de voto? O que já fica aqui os nossos protestos antecipados, porque nós, como já disse, mesmo integrando o Bloco de sustentação ao Governo nesta Casa, não vamos admitir a falta de respeito para com as representações políticas da Casa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - V.Exa. permite um aparte? (**Assentimento**) - Com relação, Sr. Deputado, estou ouvindo com muita preocupação o discurso de V.Exa... com relação ao Secretário de Educação, eu já tive oportunidade desta Tribuna de me manifestar sobre o seu comportamento aético, pela sua falta de educação para com os Prefeitos municipais, principalmente como o que ocorreu com o meu município, no Município de Arapongas, onde S.Exa. exorbitou das suas funções de Secretário de Educação para se transformar num cabo eleitoral. E V.Exa. diz que o Secretário Romanelli viaja para inaugurar obras. Na semana passada ele desceu de um avião oficial em Arapongas para gravar um programa mentiroso na rádio local, onde dizia que o Município de Arapongas não havia solicitado nenhuma providência para obter financiamentos da casa que a sua Secretaria estava querendo construir no Paraná. Mentiroso, porque o Sr. Prefeito Municipal de Arapongas apresentou um projeto e um pedido diretamente ao Governo do Estado, quando ele se instalou na Cidade de Bela Vista do Paraíso e através de ofício também a Prefeitura Municipal entrou em contato com a Secretaria de Habitação e não obteve até hoje resposta.

E de minha parte, como Parlamentar, não me sinto diminuído em não ter podido conseguir uma audiência com o Secretário Romanelli, porque ele estando preterindo o Município de Arapongas, ele está preterindo o trabalhador do meu Município. Ele disse em Arapongas que nós tínhamos feito uma opção pelas empreiteiras, nós fizemos uma opção pelo trabalhador, construindo as casas que eram possíveis construir no nosso Município; de modo que o Senhor Secretário Romanelli tem o mesmo comportamento do Secretário Elias Abrahão da Educação e Cultura, transformando a sua pasta em instrumento político. Não basta o

Senhor Governador Roberto Requião dizer que é honesto, que é sério, e que coloca a sua seriedade acima de qualquer interesse; é preciso com que ele faça que os seus Secretário também sejam sérios, sejam honestos e sejam responsáveis. É o que não está acontecendo porque quando um homem e um Parlamentar como Vossa Excelência, experimentado nas campanhas eleitorais, e com passagem por este Parlamento brilhante, vem à Tribuna e se levanta contra um Secretário que faz parte de um Governo em que Vossa Excelência dá apoio e prestígio, é para nós todos estarmos estarecidos. Nós que estamos acompanhando todos os dias a movimentação e a discriminação odiosa que se faz contra alguns Municípios, principalmente contra o meu Município de Arapongas, também da Secretaria do Senhor Homero Oguido, que está tendo uma passagem por demais de melancólica na Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Era o aparte que tinha que dar a V.Exa, solidário com a vossa revolta pela presença de Secretários de Estado no interior, fazendo não a política alta do Governo, mas a politicagem comum aos incompetentes e aos desonestos.

O SR. NILTON BARBOSA - Concedo o aparte ao Deputado Arlindo Troian, agradecendo a participação do Deputado Colombino Grassano..

O SR. ARLINDO TROIAN - Aproveitando a oportunidade Deputado Nilton, essa revoadada de Secretários para o interior é de fato lamentável, porque além de talvez estar usando, como você bem disse, os aviões e os órgãos do Governo; algum Secretário tem tido a liberdade de desacatar os Deputados no interior. Eu sei que faço parte de cinquenta e quatro Deputados, eu sou um desses, e eu lamento que um Secretário foi no interior, numa cidade, e tenta denegrir a imagem de Deputado. Acho que nós fomos eleitos pelo povo e nós respeitamos os cidadãos como Secretários, e como nós temos todo o carinho e a dedicação pelo Governo do Estado, que é sério e está batalhando, mas que o Secretário está usando disso para fazer politicagem e desacatar Deputados, estaria na hora de dar um basta; porque eu tenho certeza que na minha cidade tentasse um Secretário atacar um Deputado, eu sou capaz de comprar a briga. Lamentavelmente, está acontecendo isso no interior, na cidade de Querência do Norte nós fomos desacatados, inclusive mencionando um assunto que saiu aqui na Assembleia, que até retirei, que diziam que eu era o autor daquela emenda, e eu a retirei. Ele usou aquilo me chamando de Deputadinho, que só entra com emenda para pedir aumento de salário. É lamentável que

isso aconteça, eu acho que nós precisaríamos ter uma união entre todos nós Deputados, porque Secretário não pode sair por aí desacatando Deputado, porque nós fomos eleitos pelo povo e temos um mandato. Eu acho que seria o importante hoje, porque a revoadada que está tendo aí, e não há necessidade de se fazer politicagem porque não foi inaugurar nada.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - Concedo um aparte ao Deputado Ritti.

O SR. JOSÉ RITTI - Eu queria me solidarizar com Vossa Excelência porque na semana retrasada nós tivemos a visita do nobre Secretário Luis Cláudio Romanelli em Santo Antônio da Platina, e lá ele ficou durante três dias, fez reuniões, palestras e não convidou nem o Prefeito, nem os Vereadores Municipais, nem o Deputado da cidade, o mais votado, que sou eu, e já em clima de campanha para a eleição de 1994. Eu queria mandar um recado para o Secretário Luis Cláudio Romanelli que ele se candidate mesmo a Deputado Estadual em 94, eu o desafio a adentrar na minha região, porque eu sou criado lá, sou nascido naquela cidade, e não são essas casinhas que ele vem distribuindo aí que vão mudar o quadro eleitoral. Lá, nós vamos ganhar a eleição com o pé atrás, pode ir Secretário do Estado, pode ir Governador, porque quem deu voto para o Governador Requião na eleição de 90 foi o Prefeito, não foi ele que foi lá pedir votos.

Então, nós não precisamos de Governo do Estado, de Romanelli; nós precisamos só do voto popular.

Obrigado, Deputado.

O SENHOR NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, deu para se perceber, nesta rápida passagem nossa pela tribuna, a manifestação de alguns Parlamentares. E tenho certeza de que alguns ficaram até com vontade de falar e estão aguardando a oportunidade para poderem desabafar.

O que nós queríamos deixar aqui registrado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Líder do Governo e da Bancada do PMDB, nosso Companheiro Deputado Orlando Pessuti, é que se reunisse de imediato os Senhores Secretários de Estado e que inclusive, houvesse uma afinação entre eles. Porque é do nosso conhecimento que um secretário sobe num palanque apoiando um partido, outro partido; outros candidatos sobem em palanques apoiando outros partidos desdizendo tudo aquilo que outros dizem até praticamente ataques pessoais.

Por isso, fica aqui, Senhor Presidente, o nosso registro, reafirmando que fa-

zemos parte do Bloco do Governo, damos sustentação ao Governo nesta Casa, mas, nem por isso, vamos admitir que os Senhores Secretários que têm cargos nomeativos, enquanto os nossos cargos são eletivos, venham faltar com respeito para com o Parlamento e para com cada Deputado que representa cada região aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT (Declina);

PL - (Declina);

PFL - (Declina);

PRN - (Declina);

PMDB - (Declina);

PSDB - (Declina);

PTB - (Declina);

PDT - (Declina);

Independente. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pelo que nós vimos o Ilustre Deputado Nilton Barbosa comentar na tribuna, a coisa está ficando séria. E eu me lembro num discurso, o ano passado, onde eu dizia que o Governador precisaria de colaboradores e não de admiradores porque todo deus com pé de barro a tendência é acabar no chão.

Eu gostaria, Senhor Presidente, de lamentar a atitude dos partidos políticos e dos organizadores do Movimento Pró-Impeachment do Presidente Collor na data de ontem quando os seguranças retiraram do palanque o Deputado Federal Luciano Pizzatto.

Foi lamentável o que nós todo vimos em Curitiba. Quando se precisa união para que se acabe com o problema no Brasil, para que se acumule votos pró-impeachment, uma atitude dessa vem denegrir toda a imagem de partidos e de pessoas que se dizem pró-impeachment.

O que nós vimos ontem foi nada mais do que um movimento eleitoral.

Eu duvido que o Presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, eu duvido que o Presidente do Sindicato que esteve presente na tarde de ontem concordasse com a atitude dos seguranças na tarde de ontem.

Também lamento os grupos organizados que tentaram vaiar o ex-Governador Álvaro Dias. Lamento profundamente porque, enquanto se busca a solução para o País, este tipo de atitude vem somente denegrir a imagem de pessoas que se dizem democratas, que de democracia eles não entendem nada; eles entendem pode ser de tirania, pode ser de monarquia e outras coisas.

É muito lamentável que um Deputado com

a postura do Deputado Luciano Pizzatto tenho sofrido aquele tipo de humilhação.

Se eu fosse eleitor em Curitiba, e se os curitibanos tivessem consciência, muita gente não votaria no candidato Maurício Fruet por esta atitude irresponsável dos organizadores do comício.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Muito obrigado.

Eu acompanhei, realmente, ontem no palanque lá na Boca Maldita e presenciei o fato que aconteceu com o Deputado candidato a Prefeito Luciano Pizzatto. Confesso a V.Exa. que repudiei o que ocorreu a retirada do Deputado Luciano Pizzatto do palanque.

Quando a televisão convocou esse encontro suprapartidário, nós não estávamos visando a questão partidária.

Não se encontrava no momento o Governador Roberto Requião no palanque. E após o Governador Requião ter tido conhecimento do que ocorreu ele repudiou a atitude que fizeram no palanque.

Então eu quero separar esta posição do Governador Roberto Requião.

Eu acho que foram irresponsáveis as pessoas que comandaram o palanque. O Governador não teve culpa disso. E quero confessar a V.Exa. que a atitude do Governo foi criticar quem fez isto.

E quanto à questão do ex-Governador Álvaro Dias, sem dúvida nenhuma foi uma armação orquestrada realmente para tentar desestabilizar o ex-Governador Álvaro Dias.

Mas, na verdade, V.Exa. conhece como eu conheço a integridade do ex-Governador Álvaro Dias.

O ex-Governador Álvaro Dias hoje é um político invejável porque mesmo sem possuir nenhum mandato letivo é um homem respeitado, é um homem que percorre, pelo menos as regiões que eu acompanhei, durante esse período eleitoral, e tem o respeito da população.

Eu lamento muito, e não sei quem foi que bancou tudo isto; mas foi somente o Presidente Nacional do PT, o Lula, que veio passar em cima de uma coisa armada e programada e que saiu daquele levando os méritos, e os outros que deveriam levar os méritos não levaram.

Eu lamento profundamente que aqueles que são aqui do Paraná, que criaram a frente pró-impeachment foram vítimas de injustiças de pessoas que foram, e posso até dizer, Deputado, irresponsáveis e que não conhecem a realidade da política no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Aparte) - Apenas para falar que eu estava presente no palanque ontem e muito honrado porque estava lá representando o PSDB. Apenas as palavras do Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, justificam as vaias orquestradas pelo PT ao Governador Álvaro Dias, uma vaia pequena, mas orquestrada pelo PT. Foi chamada a atenção pelo ex-candidato Lula, que com inteligência e competência chamou a atenção, porque ninguém deveria ser vaiado, e todos deveriam participar.

Lembrando o episódio do Luciano Pizzatto, quem era mais um. Lula disse até que daria as mão ao Antônio Carlos Magalhães se fosse para derrubar o Presidente Collor.

Então, nesta hora, teríamos que abrigar a todos os Partidos e a todos os representantes que lá estivessem. E jamais vaiar.

O Lula deu uma lição de democracia e de inteligência àqueles que vaiaram, principalmente ao PT.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - A questão é muito clara: a indignação não é do PT, nem do PMDB nem do PSDB e nem de outros Partidos. A indignação é do povo brasileiro. E democracia se faz com atitudes. E foi lamentável o que fizeram com o Deputado Luciano Pizzatto.

Infelizmente, as pessoas não têm o bom senso e não têm o tirocínio de conseguir conquistar, só conseguem, infelizmente, destruir.

Por isso, aqui, vai o nosso repúdio à atitude dos organizadores e dos que comandaram o palanque contra a atitude mesquinha, ignorante, burra e antidemocrática para retirada do Deputado Federal Luciano Pizzatto.

E me referindo às palavras do Deputado Manfrinato, se o governador realmente não estava presente, nós, aqui retiramos a nossa acusação e dizemos que, pelo menos num momento destes últimos 40 dias, o Governador teve um ato de lucidez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 357/92, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, comunicando seu desligamento do PRN, a partir desta data. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 453/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente,

solicitando justificativa de ausência na sessão plenária do dia 16 do corrente mês, em função de compromissos no município de Cianorte. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. - Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 249/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C. C.J e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (D.A. nº 130/92, Ofício nº 1394/92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 249/92

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Contas, dispõe o presente plano de lei sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Encontra-se o processado de conformidade com as exigências de ordem legal, constitucional e regimental, inexistindo óbices de qualquer natureza à sua tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Assim sendo, somos pela aprovação do presente projeto de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 249/92

P A R E C E R:

O projeto em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Após análise dos aspectos regimental, legal e constitucional, a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável ao referido projeto, nesta Comissão de Finanças nada encontramos que obste o seu normal trâmite nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

247/92, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros), ao vigente

te orçamento do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. (D. A. n° 130/92 - Mens.)
Aprovado.

*** TABELA Pág. 35 ***

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			FL. 01	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N° DO PROC COP
0300	Tribunal de Contas					
0301	Tribunal de Contas					
2741	Controle legal da Administração Financeira	3120.00	00	L	5.744	0363
		3132.00	00	L	662.356	0363
T O T A L					668.100	

CANCELAMENTO		A N E X O II			FL. 01	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N° DO PROC COP
0300	Tribunal de Contas					
0301	Tribunal de Contas					
2741	Controle legal da Administração Financeira	4110.00	00	L	170.000	0363
		4120.00	00	L	318.100	0363
		4130.00	00	L	100.000	0363
T O T A L					668.100	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 247/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas.

Esta Comissão de Constituição e Justiça foi chamada a opinar com relação à constitucionalidade e legalidade do projeto.

Não há óbice que impeça a normal tramitação deste projeto, portanto, somos de parecer favorável pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 247/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 69/92, o presente plano de lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00 (quinhentos e oitenta e oito mil e cem cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional, recebendo parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posicionando-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, que fixa conforme especifica os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 245/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os vencimentos básicos do Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de setembro de 1992, são fixados em Cr\$ 7.740.000,00 (sete milhões, setecentos e quarenta mil cruzeiros), mensais.

Art. 2° - A verba de representação mensal dos membros do Ministério Público continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei n° 8.089, de 05 de junho de 1985.

Art. 3° - Os vencimentos dos membros do Ministério Público não poderão exceder, a qualquer título, os do Procurador-Geral da República.

Art. 4° - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo 1° desta Lei, será realizada na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais.

Art. 5° - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos membros do Ministério Público.

Art. 6° - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1°, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.92

(a) PROCURADORIA GERAL
DA JUSTIÇA DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 245/92

P A R E C E R:

De autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, enviado a esta Casa de Leis através de Ofício n° 1148 datado de 09 de setembro de 1992, objetiva o projeto de lei dispor sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça.

Após análise dos aspectos regimental, legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação por esta Assembléia Legislativa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorá-

vel opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 245/92

P A R E C E R:

De autoria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, o projeto de lei em análise, fixa, conforme especifica, os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça e adota outras providências.

A presente proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela aprovação do Projeto em questão.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, segue o entendimento da Comissão supracitada manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 244/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral, junto ao Tribunal de Contas, dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 244/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1° de setembro de 1992, é fixado em Cr\$ 7.740.000,00 (sete milhões, setecentos e quarenta mil cruzeiros) mensais.

Art. 2° - O vencimento básico dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, ativos e inativos, a partir de 1° de setembro de 1992, é fixado em Cr\$ 6.470.000,00 (seis milhões, quatrocentos e setenta mil cruzeiros) mensais.

Art. 3° - A verba de representação mensal do Procurador Geral, dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei n° 8.089/85.

Art. 4° - A remuneração mensal dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, ativos e inativos, não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros ativos.

Art. 5° - As despesas resultantes da execução desta Lei, correrão à conta das

dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 2º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.92

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 244/92

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, enviado a esta Casa de Leis através de Ofício nº 1395/92 datado de 03 de setembro de 1992, objetiva o Projeto de Lei dispor sobre os vencimentos do Procurador Geral, dos Auditores e dos Procuradores do Estado junto àquele órgão.

Após análise dos aspectos regimental, legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação por esta Assembléia Legislativa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 244/92

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício nº 1395/92, dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas.

A matéria foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou pela aprovação do Projeto em questão.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, segue o entendimento da Comissão supracitada manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/92, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 242/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico dos Desembargadores, a partir de 1º de setembro de 1992, é fixado em Cr\$ 7.740.000,00 (sete milhões, setecentos e quarenta mil cruzeiros), mensais.

Art. 2º - A verba de representação mensal dos Desembargadores continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

Art. 3º - Os vencimentos dos Magistrados, na forma que preceitua o art. 76 da Lei nº 7.297/80, não poderão exceder, a qualquer título, os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo 1º desta lei, será realizada na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais.

Art. 5º - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Magistrados.

Art. 6º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.92

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 242/92

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, enviado a esta Casa de Leis através de Ofício nº 96/92 datado de 02 de setembro de 1992, objetiva o Projeto de Lei dispor sobre os vencimentos da Magistratura.

Após análise dos aspectos regimental, legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação por esta Assembléia Legislativa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 242/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 96/92, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná - passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional, recebendo parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o §

3º, do art. 33 do Regimento Interno, posiciona-se pelo PARECER FAVORÁVEL, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/92, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que concede aos servidores do Poder Judiciário, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, adicional por tempo de serviço. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 234/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os servidores contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, perceberão, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 07 (sete) quinquênios, a razão de 5% (cinco por cento) a cada 05 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado ao Poder Judiciário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.92.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 234/92

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, enviado a esta Casa de Leis através de Ofício nº 090/92, em data de 27 agosto de 1992, objetiva o Projeto de Lei a concessão aos servidores do Poder Judiciário, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, adicional por tempo de serviço.

Após análise dos aspectos constitucionais e legais, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação por esta Assembléia Legislativa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua apreciação em Plenário, seguindo-se à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 234/92

P A R E C E R:

Oriundo do Tribunal de Justiça do Es-

tado, enviado a esta Casa de Leis, através do Ofício nº 090/92, objetiva a concessão aos servidores do Poder Judiciário, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, adicional por tempo de serviço.

Sobre a matéria já existe o parecer FAVORÁVEL da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua apreciação em Plenário, seguindo-se à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/92, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que introduz alterações no art. 3º da Lei nº 10.037, de 13 de julho de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 233/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 3º, da Lei nº 10.037, de 13.07.92, passa a ter a seguinte redação:

"Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1992, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 27.08.92.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 233/92

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, enviado a esta Casa de Leis através de Ofício nº 320/92-K em data de 26 de agosto de 1992, objetiva o Projeto de Lei a alterações no art. 3º, da Lei nº 10.037 de 13 de julho de 1992.

Após análise dos aspectos constitucionais e legais, nada encontramos que obste a sua normal tramitação por esta Assembléia Legislativa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua apreciação em Plenário, seguindo-se à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 233/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, através do Ofício nº 320/92-K, objetiva introduzir altera-

ções no art. 3º, da Lei nº 10.037, de 13 de julho de 1992 e dá outras providências. A matéria já mereceu parecer favorável da dta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33 do Regimento Interno, posiciona-se pelo PARECER FAVORÁVEL, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO GOJU-RYU DE KARATÊ DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

A SRª LYGIA PUPATTO - Senhor Presidente, voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/92, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade São Vicente de Paula, com sede no Município de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o Coritiba Futebol Clube, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

A SRA. LYGIA PUPATTO - Voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado

José Tavares, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 204/92
EMENDA DE PLENÁRIO

Art. - onde se lê: "Delegacia de Polícia Feminina"...

, Leia-se "Delegacia da Mulher"...

Sala das Sessões, em 16.09.92

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Oswaldo Trevisan, Cleiton Kielse, Severino Félix, Orlando Pessuti.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Movimento Familiar a Voz do Silêncio, desta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que introduz a disciplina Direitos da Cidadania como obrigatória nos currículos de Ensino de 1º e 2º graus das Escolas Públicas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

A SRA. LYGIA PUPATTO - Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Sobre a mesa, Requerimentos de nºs 1418 a 1420, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1429, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1427, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1425, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1426, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli,

constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de 1421, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1404, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação do requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, eu entendo que não é oportuno que se registre nos Anais da Assembléia Legislativa, até porque todos já tomaram conhecimento.

Mas, nós, particularmente, não concordamos com os artigos transcritos através do Judiciário Paranaense, porque na nossa modesta opinião, eles não admitem que o Governador teça críticas, muitas vezes sobre a atuação da magistratura, e de outro lado, vem a própria magistratura tecer críticas ao Governador.

Então, é a nossa opinião. É uma disputa, uma intriga, que não interessa a este Poder. Razão pela qual nós não concordamos e recomendamos a não inserção nos Anais da Assembléia destes artigos, muitos dos quais ofensivos a S.Exa. o Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Requerimento do Deputado Algaci Túlio.

14 (quatorze) Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vamos para a conferência. Srs. Deputados que aprovam a transcrição dos artigos queiram levantar-se.

16 (dezesseis) rejeitam.

Decido pela transcrição nos Anais da Casa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Apenas quero justificar o meu voto de que se encontra registrado já, não por uma vez mas por várias vezes nos Anais desta Casa, de que eu sempre defendi o bom entendimento entre Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, eu mantenho essa posição desde que aqui cheguei na Assembléia Legislativa do Estado e a mantereí, eu acho que se não houver entendimento um respeito entre os três Poderes nós não teremos nenhuma condição de dar

seqüência do que deseja a Assembléia Legislativa do Paraná, do que deseja o Poder Executivo e do que deseja o Poder Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós tomamos o cuidado de contar individualmente os Deputados que se manifestaram contrário a votação, a inserção dos artigos e contamos 17, portanto não foi 16 a 16. Foram 17 Deputados, eu solicito a V.Exa. para dirimir as dúvidas que se processe então uma nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já deu o seu voto e a matéria infelizmente é vencida.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas o voto da Presidência não era necessário, era 17 a 16.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deu o seu voto conscientemente porque entendem que há que ter harmonia, e respeito entre os Poderes.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu creio que a transcrição desta matéria nos Anais da Casa, não representa uma ofensa ao Governo do Estado, eu não vejo ofensa e concordo até com o que disse o nobre Deputado Dirceu Manfrinato, nós somos pela harmonia entre os Poderes, mas esta Casa também não pode deixar de registrar o que aconteceu recentemente quando num desrespeito violento contra a Casa, e isso o Governo do Estado não viu em momento algum, quando baixou aquele decreto desmerecendo o nascimento dele, porque o nosso nós temos certeza que os nossos parentes os nossos pais se sentem honrados com o nosso nascimento e no momento que o Governador numa atitude pesada, grosseira e desrespeitosa para com os Parlamentares desta Casa, aquela matéria da Justiça não representava nada mais do que dizer a verdade dos fatos, eu acho que aquilo não pode ofender ninguém.

Mais ofendidos do que foram os Deputados desta Casa com relação aquela vergonha do Governador através de uma brincadeira desrespeitosa com aqueles que compõem esta Casa, eu acho que não existe nada mais feio, mais horrível e mais melancólico do que isto e isto nós nos manifestamos naquela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A transcrição nos Anais da Casa representa um fato histórico para que a poste-

ridade nos julgue.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 174/92, 211/92 e 224/92.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 233/92, 234/92, 242/92, 244/92, 245/92, 247/92 e 249/92.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 220/92 e 240/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1992.

"Os marajás do ensino e o Governador"

Qualquer cargo ou função, as pessoas devem exercê-los sem ódio nem rancor, com senso crítico, com harmonia e equilíbrio psíquico-emocional, com atos de bondade, fraternidade para a prática da Justiça.

Tendo, através de "estelionato eleitoral", conseguido eleger-se Governador, aproveitando-se das deficiências que disciplinam o Processo Eleitoral no Brasil, não vem se comportando à altura do cargo que ocupa. Esquecendo-se que é "permissonário", por quatro anos, no Palácio Iguaçu e não "concessionário" "ad eternum infinitumque" e para desviar a atenção do povo ao fracasso de seu governo, sem o "mínimo minimorum" de respeito ao cargo que ocupa, vem assumindo posições de conflito e confronto. Assim, já agrediu ao Poder Judiciário, o Poder Legislativo e seu Presidente, o Deputado Anibal Khuri. Deste, todos lembram a resposta que teve quando agredido pelo Governador.

Com incrível facilidade, encontra defeitos nos outros e sente-se no direito de julgar. Isso comprova que "há pessoas que gostam de aparentar qualidades que não têm para esconder os seus defeitos".

Não satisfeito com as posições ridículas que assume, agora resolveu investir contra os Representantes do Magistério do Paraná, chamando-os de "marajás" do Ensino. Todos sabem que o Professorado do Pa-

raná, embora sofrendo, de há muito, as mazelas da administração política, é uma classe ordeira e trabalhadora e não fez nenhum mal ao Governo. Também não pode ser responsabilizada pelos erros conscientemente praticados e pelo descumprimento de promessas de campanha eleitoral.

"Para quem forjou até criminoso para obter vitória eleitoral, a cidade não pode esperar lucidez e honestidade no discurso." (Jaime Lerner, 21 Agosto 1992).

O Governador que tanto prega a democracia, em pleno período eleitoral, exerce "patrulhamento ideológico" tentando jogar toda população do Paraná contra o Magistério, desviando a atenção do povo das promessas não cumpridas. Em 20 de outubro de 1991, na Folha de São Paulo, Gesner de Oliveira, Professor da FGV-SP, disse "ser Requião postulante de alternativas que é só declaração de intenções e sem qualquer proposta concreta de política econômica". Tanto é verdade que o Paraná está sendo descapitalizado com medidas demagógicas. Assim, em maio do ano corrente, a redução de 13% para 7% do ICMS, acarretou a perda de 22 bilhões de cruzeiros quando da exportação de um milhão de toneladas de milho... A Segurança Pública necessita aumentar o efetivo da Polícia Militar agravada a crise com a decisão de policiais militares a serviço de segurança das agências do Banestado. Só se faz gasto em publicidade (mesmo não passando de simples intenções...).

No Tribunal de Contas do Estado, o Conselheiro Dr. João Feder, considerou muito elevados e desnecessários os gastos com publicidade no ano de 91. Enquanto isso, os Serviços Cíveis, Militares e o Magistério não têm definida a política salarial, nem a data básica para reposição. A defasagem dos salários, medida pelo DIEESE e pelo INPC, é assustadora. O cumprimento das disposições das Constituições Federal e Estadual, no que diz respeito às garantias de conquistas legais, não foram regulamentadas, mas, com o pretexto de seguir "ipsis litteris" as referidas Constituições, os adicionais pelo tempo de serviço foram reduzidos "in nomine justitiae".

O Governo passado desativou os módulos da Polícia Militar (quanto dinheiro jogado fora); mandou a Polícia Militar bater em Professores; levou o BADEP à insolvência e trocou os símbolos da Bandeira do Paraná. O Tribunal de Justiça rejeitou as mudanças. O Governo atual, com o beneplácito da Assembleia Legislativa, está acordando aprovação "sob encomenda" da criação do Fundo Previdenciário, decretando a falência do IPE e o não pagamento ao IPE dos 400 milhões de dólares. Embora os Sindicatos dos Servidores tenham opinado, nenhuma das propostas foi acatada por determinação

do ocupante do Palácio Iguçu. É bom que o povo saiba tais fatos para julgar os componentes da Assembléia Legislativa e o Governador do Estado. Desrespeitando o Art. 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, acertam entre si a criação do Fundo Previdenciário, e deixam de cumprir o disposto daquele Art. 38 da Carta Magna, o Estado "enterra" a dívida que tem com o IPE e deixa de pagá-la. O Governador sempre protegeu os poderosos e com isso privatizou a riqueza e socializou a miséria, daí, a facilidade com que cresceram os favelados.

Um favor, suplica-se de joelhos, um direito exige-se em pé". Os professores jamais desertarão da luta em defesa dos direitos postergados.

Em vez de promessas, que não são cumpridas, publicidade em excesso, que não passa de simples "intenções", descumprimento de lei maior.

Poderia investir nas Escolas, na habilitação, na saúde, na segurança pública, aumentando o efetivo da Polícia Militar, pagando a dívida que tem com o IPE, cujo patrimônio em instalações em equipamentos foi feito com a contribuição dos servidores melhorar os salários dos servidores civis, militares e professores.

Shakespeare, no terceiro ato de Hamlet, diz: "Quem sobe se arrastando, pela indecência do gesto perde o direito às alturas", nesse mesmo terceiro ato de Hamlet, diz: "Ainda que seja tão casto como o gelo e tão puro como a neve, não escapará da calúnia".

No dizer de Rui Barbosa, "a calúnia, essa velha barregã, posta a serviço de todas as causas pudendas, comadre imemorial da improbidade e da inveja, é sórdida alcoveta das torpezas do histerismo".

Conclui-se que "criminoso não é apenas quem tira a vida de alguém, mas quem mata sonhos e esperanças", por isso, "há ricos e pobres, ricos, porque, possuir não é a mesma coisa que ter".

Se é mais fácil não fazer o mal e fazer o bem é porque, "quem viaja pela estrada da Vida, deve sempre semear luzes de bondade, porque essas luzes é que vão iluminar o caminho da volta".

Eduardo Francisco Machado, 67
Professor aposentado

"O governador do Paraná"

A Magistratura do Paraná, por sua entidade representativa, a Associação dos Magistrados do Paraná, não mais suportando as irresponsáveis agressões do Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, ao Poder Judiciário, seus integrantes, e, essencialmente, ao Estado Democrático de Di-

Curitiba, quarta, em 16.09.92

reito, vem prestar esclarecimentos e alertar o povo para o que segue:

1. Cabe ao Poder Judiciário dizer o direito, e, dentro de suas atribuições constitucionais, inclui-se o controle da constitucionalidade das leis, como também dos atos do Poder Executivo, quando provocado. Tais princípios, como as Instituições, basilares do sistema democrático, não podem ser vulnerados ao simples arbítrio de qualquer membro de Poder.

2. Um Governador do Estado não pode, por dever ético e imperativo de lei, tecer críticas a decisões judiciais, tachando-as de "frias", ilegais, injustas ou parciais.

A matéria paga publicada em jornais de circulação estadual, edição de sábado último, dia 05 de setembro, com título em tarja negra, intencionalmente provocativo "Justiça no Paraná", é um típico exemplo de transgressão aos postulados legais, como o são as demais publicações anteriormente feitas pelo Senhor Governador em órgãos da imprensa, de semelhantes características, inclusive suas "conversas francas" quando reservam o mesmo propósito de denegrir o Poder Judiciário.

3. Um Governador não pode ser tomado por uma "indignação enorme", ou uma teatral "depressão", a ponto de esquecer sua condição de chefe de Poder, quando as decisões judiciais contrariam seus meios ou interesses - nem sempre tão transparentes.

4. Um Governador deve ser coerente. E coerência não há no comportamento daquele que sugere a criação de órgão de controle externo a outro Poder, quando nem ele próprio se sujeita a qualquer controle, mesmo do órgão constitucionalmente competente para tanto, agindo como autêntico déspota.

5. Um Governador não pode insurgir-se publicamente contra determinações judiciais, devendo cumpri-las ou ensejar-lhes o imediato cumprimento, ainda que delas discorde. A surrada desculpa do "interesse social", para o sistemático descumprimento de decisões, fundada muitas vezes em fatos obscuros, é própria de vocação tirânica, incita ao desacato generalizado, concorrendo gravemente para o rompimento do respeito e equilíbrio entre os Poderes, em prejuízo da democracia.

É oportuno lembrar que tais atitudes constituem crime perante a ordem jurídica constituída.

Esta Associação está providenciando as medidas cabíveis para colocar cobro a tais anomalias, objetivo que será incansavelmente perseguido para efetiva salvaguarda do Estado Democrático de Direito.

Luiz César de Oliveira
Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná

"Atiro a segunda pedra em defesa da

Ricardo Sampaio

"A obrigatoriedade da lei decorre da própria ordem jurídica preexistente, e se firma na sanção ou coercibilidade, imposta para fazer valer a regra que nela se institui, sob promessa de (...) castigo, para quem a transgride".

(De Plácido e Silva).

É muito preocupante e deve assustar todo o cidadão que, de ora em diante, na terra dos pinheirais, as decisões e sentenças do Poder Judiciário somente sejam cumpridas, se estiverem de conformidade com o crivo subjetivo do príncipe, que as dará como executáveis segundo não mais a ordem imperativa da Constituição Federal, mas consoante a sua vontade, o seu pensamento e o seu particular modo de ver as coisas!

Assim, tudo quanto se aprendeu pelo árduo e sofrido caminho dos homens, desde a longa noite da barbárie, até os alvares da civilização, de nada mais vale, ao menos no Paraná, onde surgem os defensores da autoridade política sobre a autoridade judiciária. Pelo menos, esta é a síntese do arrogante desafio do articulista Teófilo Bacha Filho, lançado à face de todos nós, paranaenses, através da própria "Gazeta do Povo", de 29 de agosto de 1992.

O ataque é porque afastou-se da mão do imperador o poder de dizer o que é justo.

Ali, em erudito artigo intitulado "Atire a Primeira Pedra!", o autor admite que há omissão governamental no cumprimento das decisões do Poder Judiciário estadual, ao menos nos casos dos chamados "sem-terra" e dos estudantes que ocupam a Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Porém justifica esta omissão, parecendo-lhe - à luz de diversos exemplos históricos de injustiças praticadas em nome da lei, que somente devam ser cumpridas as boas leis. Paralelamente, investe - sabe-se lá com que mandato ou a mando de quem - o senhor governador como o juiz supremo da bondade ou da maldade das sentenças do Poder Judiciário.

O artigo vem motivado por crítica que, dias antes, dirigira a esta insolente e inconstitucional desobediência judicial, um conceituado magistrado da Justiça Comum estadual, o Dr. João Kopytowski. Mas o ataque verrinoso não é isolado, contra um juiz: é contra todos os valores da ordem jurídica, é contra a obrigatoriedade da lei (na lição imorredoura de De Plácido e Silva), é contra o princípio que afastou das mãos do imperador o poder de dizer o que é ou o que não é justo, é contra a Constituição Federal, debatida, discutida e aprovada majoritariamente pelo partido

político do defendente do articulista Teófilo, em 1988, e que obriga prefeitos, governadores e até o presidente da República a proverem "ordem ou decisão judicial", sem autorizar-lhes a discussão de seu mérito!

Certa ou errada, a sentença deve ser cumprida, sob pena de desmoroar a ordem jurídica.

Sim, há leis boas e há leis más, há leis desatualizadas, há leis dissociadas dos interesses do povo. Tudo isto é sabido, mas é ainda uma decorrência da lei (Introdução ao Código Civil) que os juízes, em sua aplicação, devem atender menos à sua literalidade e mais aos "fins sociais" a que as leis se destinam. Neste ponto, concordo com o inteligente articulista Teófilo: tanto quanto possível, é preciso prestigiar a boa lei.

A discordância, todavia, surge quando da decisão do Poder Judiciário. Então, certa ou errada, a sentença deve ser cumprida, sob pena de desmoroar a ordem jurídica, deixando nas mãos da autoridade política (prefeito, governador ou presidente) o julgamento sobre a obediência judicial. Quem nos garante que este indevido julgamento será melhor do que o proferido pelo Judiciário? Quem garante o povo contra a tentação do arbítrio do governante? Quem nos garante contra insanidade, a corrupção ou o abuso de poder do governante?

Juiz, vice-Presidente do
Tribunal do Trabalho do Paraná

"O Juiz e o Poder"

Roberto Barrozo F.

Tenho, do Governador ROBERTO REQUIÃO, conceito definido sobre o seu caráter, sobre a sua capacidade intelectual e política, sobre a sua coragem cívica sobre o seu comportamento pessoal. Credito-lhe muitas qualidades e debito algumas restrições, não apenas pela sua reconhecida impetuosidade, mas até pela falta de lealdade a amigos ou colaboradores da sua carreira na vida pública. A irreverência desabusada e incontida nas suas contrariedades; as reações extremadas quando é alcançado naquilo que considera o seu direito; o destempero em aceitar a crítica que o atingido sempre considera injusta, traçam o perfil de um homem público que convive com dificuldade com a democracia e constituem atributos de autoritarismo que, quando aparece a oportunidade, conduzem à ação ditatorial.

Chegando dos Estados Unidos, onde pude acompanhar a campanha presidencial dos candidatos dos Partidos Republicano e Democrático, em que o Presidente Bush disputa a sua reeleição através de mensagens, debates e pronunciamentos públicos, sur-

preendeu-me a nota oficial do Governo do Paraná, firmada pelo seu Governador e publicada nos jornais locais, atacando decisão de um Juiz Eleitoral da Capital do Estado.

Essa decisão simplesmente o impediu de usar horário que diz o Governador lhe ter sido oferecido gratuitamente, para divulgar sua posição política em diversos problemas nacionais, estaduais e municipais e criticar aqueles que estão fora da sua área partidária.

O Governador não esclarece na nota oficial os fundamentos que fizeram o íntegro magistrado, Lauro Augusto Fabrício de Mello, caçar-lhe o horário esdrúxulo, competitivo do horário gratuito que todos os Partidos possuem e que é controlado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

O que verdadeiramente surpreende é um Chefe do Poder Executivo atacar uma decisão judiciária e o seu prolator, porque ela o contraria, o desagrada ou o prejudica politicamente.

Ninguém, nem mesmo o Governador, tem seus atos imunes da apreciação do Poder Judiciário e a ninguém é lícito atacar o Juiz pela imprensa cada vez que a decisão proferida não lhe for favorável. Há, como o próprio Governador reconhece, recursos Judiciais e se são demorados para ele, o são para todos, pois a Justiça não se realiza precipitadamente e com sofreguidão. As medidas preliminares, preparatórias e preventivas, estas são imediatas, sujeitas, no entanto, ao reexame das instâncias superiores.

Infeliz seria o Poder Judiciário se existisse um Órgão de Controle, que o Governador preconiza, capaz de bitolar ou cercear a sua independência. Isto se fez no Irã de Khomeini, ou na Alemanha de Hi-

tlér, ou até na França de Petain e de Laval. Aliás, infeliz seria um povo sem a sua Justiça digna e altaneira, capaz de julgar sem se preocupar em desagradar um Governador, um Ministro ou o próprio Presidente da República. Não haveria respeito às prerrogativas do cidadão, não haveria correção dos abusos oficiais, não haveria forma de repressão à corrupção e ao suborno. Não haveria "impeachment", que o Presidente do Supremo Tribunal Federal deve presidir.

Acredito que o próprio Governo já devesse ter praticado atos considerados injustos e até ilegais pelos prejudicados. Nem por isto assistiu-se, além do conhecimento de ingressos em Juízo, descompusturas dirigidas ao Governador.

O respeito, a harmonia e o equilíbrio entre os Poderes que compõem o Estado, são condições essenciais à existência da democracia e o controle, pelo Poder Judiciário, do processo eleitoral é a garantia de eleições honestas, sem o uso e abuso do Poder Econômico, seja ele resultante de fontes empresariais ou do erário público, permitindo-nos escolher livremente os nossos dirigentes, no exercício da soberania popular, fonte e meta da organização democrática.

O modesto mas digno Juiz Lauro Augusto Fabrício de Mello não pode, como magistrado, usar o mesmo espaço que o Governador utilizou na imprensa, para responder aos seus ataques. Com a responsabilidade da sua investidura, ele exerce função que lhe impõe o dever e a coragem, tal como seu ilustre pai o fez em diversas ocasiões na História, de conter, com o seu julgamento, os excessos discricionários dos que se empolgam no uso absolutista do Poder.